

**DANIEL AMORIM  
ASSUMPÇÃO NEVES**

MANUAL DE  
**PROCESSO COLETIVO**  
VOLUME ÚNICO

**7<sup>a</sup>**  
**edição**  
revista  
atualizada  
ampliada

**2024**



[www.editorajuspodivm.com.br](http://www.editorajuspodivm.com.br)

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo  
Tel: (11) 3582.5757  
• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento>

**Copyright:** Edições JusPODIVM

**Capa:** Ana Caquetti

**Diagramação:** Lupe Comunicação e Design ([lupecomunicação@gmail.com](mailto:lupecomunicação@gmail.com))

\* A Editora JusPODIVM passou a publicar esta obra a partir da 3.ª edição.

N518m Neves, Daniel Amorim Assumpção.  
Manual de Processo Coletivo - Volume Único / Daniel Amorim Assumpção Neves. –  
7. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Editora JusPodivm, 2024.  
576 p.

Inclui Bibliografia.  
ISBN 978-85-442-5010-5.

1. Direito Processual Civil. I. Neves, Daniel Amorim Assumpção. II. Título.

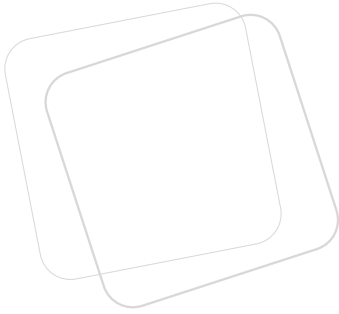
CDD 341.46

BIBLIOTECÁRIO RESPONSÁVEL

Ana Carolina Ribeiro Mois – CRB7 – RJ 007348/0

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.



# SUMÁRIO

<b>LISTA DE ABREVIATURAS</b> .....	<b>31</b>
<b>1. BREVE HISTÓRICO</b> .....	<b>33</b>
1.1. Países da família da <i>civil law</i> .....	33
1.2. Países da família da <i>common law</i> .....	34
1.3. Evolução do processo coletivo no Brasil .....	35
<b>2. TUTELA JURISDICIONAL COLETIVA</b> .....	<b>37</b>
2.1. Introdução .....	37
2.2. Origem da tutela jurisdicional coletiva .....	39
2.3. Microssistema coletivo .....	41
2.3.1. Conceito .....	41
2.3.2. Casuística .....	45
2.4. Marcos legislativos .....	48
2.5. Ação de improbidade administrativa .....	52
<b>3. LEGISLAÇÃO VIGENTE</b> .....	<b>61</b>
3.1. Introdução .....	61
3.2. Lei das Pessoas com Deficiência (Lei 7.853/1989) .....	61
3.3. Lei de Defesa dos Investidores do Mercado de Valores Mobiliários (Lei 7.913/1989) .....	63
3.4. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990) .....	64
3.5. Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/1992) .....	66
3.6. Estatuto do Torcedor (Lei 10.671/2003) .....	67
3.7. Estatuto da Pessoa Idosa (Lei 10.741/2003) .....	69
3.8. Lei do Mandado de Segurança (Lei 12.016/2009) .....	71
3.9. Lei de Defesa da Ordem Econômica (Lei 12.529/2011) .....	72
3.10. Lei Anticorrupção (Lei 12.846/2013) .....	74
3.11. Lei do Mandado de Injunção (Lei 13.300/2016) .....	78
<b>4. ESPÉCIES DE PROCESSO COLETIVO</b> .....	<b>83</b>
4.1. Processo coletivo comum .....	83

4.1.1.	Introdução .....	83
4.1.2.	Ação popular .....	85
4.1.2.1.	Hipóteses de cabimento .....	85
4.1.2.2.	Ilegalidade e lesividade do ato administrativo .....	90
4.1.3.	Mandado de segurança coletivo .....	92
4.1.3.1.	Requisitos comuns de cabimento do mandado de segurança individual e coletivo .....	92
4.1.3.2.	Direitos tuteláveis pelo mandado de segurança coletivo ...	95
4.1.4.	Ação de improbidade administrativa .....	95
4.1.5.	Ação civil pública .....	105
4.1.6.	Mandado de injunção coletivo .....	106
4.2.	Processo coletivo especial .....	111
4.2.1.	Introdução .....	111
4.2.2.	Ação direta de inconstitucionalidade .....	112
4.2.3.	Ação direta de inconstitucionalidade por omissão .....	112
4.2.4.	Ação declaratória de constitucionalidade .....	114
4.2.5.	Ação de descumprimento de preceito fundamental .....	115
4.2.5.1.	Objeto da impugnação .....	115
4.2.5.2.	Caráter subsidiário .....	118
4.3.	Processos pseudocoletivos (ações pseudocoletivas) .....	119
4.4.	Ações pseudoindividuais .....	120
<b>5.</b>	<b>PRINCÍPIOS DO PROCESSO COLETIVO .....</b>	<b>129</b>
5.1.	Acesso à ordem jurídica justa .....	129
5.2.	Princípio da participação .....	133
5.3.	Ativismo judicial .....	135
5.3.1.	Sistemas processuais dispositivo e inquisitivo .....	135
5.3.2.	Sistema processual no processo coletivo e poderes do juiz .....	136
5.3.3.	Processo coletivo e a implementação de políticas públicas .....	139
5.3.4.	Dever do juiz na prática de atos processuais (prazos impróprios) ....	145
5.4.	Contraditório .....	147
5.5.	Economia processual .....	150
5.6.	Interesse no julgamento de mérito .....	153
5.6.1.	Princípio de teoria geral do processo .....	153
5.6.2.	Especificamente o processo coletivo .....	154
5.6.2.1.	Introdução .....	154
5.6.2.2.	Sucessão na hipótese de ilegitimidade ativa .....	155
5.6.2.3.	Fungibilidade .....	156

---

5.6.3.	Interesse no melhor julgamento de mérito possível .....	159
5.7.	Disponibilidade motivada .....	160
5.8.	Obrigatoriedade de promoção da defesa dos direitos coletivos <i>lato sensu</i> ? ..	165
5.9.	Obrigatoriedade da execução .....	166
5.10.	Não taxatividade da tutela coletiva .....	168
5.11.	Competência adequada .....	170
<b>6.</b>	<b>DIREITOS TUTELADOS PELO MICROSSISTEMA COLETIVO .....</b>	<b>173</b>
6.1.	Direitos ou interesses? .....	173
6.2.	Direito difuso .....	175
6.3.	Direito coletivo .....	177
6.4.	Direitos individuais homogêneos .....	179
6.5.	Direitos individuais indisponíveis .....	182
6.6.	Identidades e diferenças entre os direitos coletivos <i>lato sensu</i> .....	185
<b>7.</b>	<b>COMPETÊNCIA .....</b>	<b>189</b>
7.1.	Introdução .....	189
7.2.	Competência da Justiça brasileira .....	190
7.3.	Competência originária dos tribunais superiores e órgãos atípicos .....	191
7.3.1.	Processo coletivo especial .....	191
7.3.2.	Ação popular e ação civil pública .....	191
7.3.3.	Ação de improbidade administrativa .....	192
7.3.4.	Mandado de injunção coletivo .....	194
7.3.5.	Mandado de segurança coletivo .....	195
7.3.6.	Processo de impedimento .....	195
7.4.	Competência de Justiça Especializada .....	195
7.5.	Competência da Justiça Comum .....	196
7.6.	Regra de competência absoluta .....	199
7.6.1.	Competência absoluta: funcional ou territorial? .....	199
7.6.2.	Local do dano .....	200
7.6.3.	ECA e Estatuto da Pessoa Idosa .....	203
7.6.4.	Mandado de segurança coletivo .....	204
7.6.5.	Ação popular .....	205
7.6.6.	Ação de improbidade administrativa .....	206
7.7.	Competência de juízo .....	208
<b>8.</b>	<b>LEGITIMIDADE .....</b>	<b>209</b>
8.1.	Espécies de legitimidade .....	209

8.2.	Legitimados ativos .....	211
8.2.1.	Cidadão .....	211
8.2.2.	Ministério Público .....	216
8.2.3.	Associação .....	222
8.2.3.1.	Introdução .....	222
8.2.3.2.	Constituição nos termos da lei civil há pelo menos um ano .....	222
8.2.3.3.	Pertinência temática .....	224
8.2.3.4.	Representação adequada ( <i>adequacy of representation</i> ) .....	225
8.2.3.4.1.	Introdução .....	225
8.2.3.4.2.	Sistema <i>ope iudicis</i> ( <i>common law</i> ) .....	225
8.2.3.4.3.	Sistema <i>ope legis</i> ( <i>civil law</i> ) .....	226
8.2.3.4.4.	Situação atual no Brasil .....	229
8.2.3.5.	Legitimidade extraordinária ou representação processual? .....	230
8.2.4.	Pessoas jurídicas da administração pública .....	234
8.2.5.	Defensoria Pública .....	237
8.3.	Legitimação ativa no mandado de segurança coletivo .....	246
8.4.	Legitimação ativa na ação de improbidade administrativa .....	249
8.4.1.	Introdução .....	249
8.4.2.	Pessoa jurídica interessada .....	249
8.4.3.	Ministério Público .....	251
8.5.	Processo coletivo especial .....	253
8.6.	Legitimados passivos .....	257
8.6.1.	Introdução .....	257
8.6.2.	Ação popular .....	257
8.6.3.	Ação de improbidade administrativa .....	260
8.6.4.	Mandado de segurança coletivo .....	261
8.6.5.	Legitimação passiva no processo coletivo especial .....	265
8.7.	Legitimação bifronte da pessoa jurídica de direito público .....	268
8.7.1.	Ação popular .....	268
8.7.2.	Ação de improbidade administrativa .....	270
8.8.	Classificação da legitimidade e litisconsórcio .....	272
<b>9.</b>	<b>RELAÇÃO ENTRE A AÇÃO COLETIVA E INDIVIDUAL .....</b>	<b>273</b>
9.1.	Introdução .....	273
9.2.	Litispendência .....	273
9.3.	Conexão e continência .....	275

9.3.1.	Conceito .....	275
9.3.2.	Objetivos pretendidos com a reunião de ações conexas .....	276
9.3.3.	Obrigatoriedade ou facultatividade na reunião de processos em razão da conexão .....	277
9.3.4.	Matéria de ordem pública .....	278
9.3.5.	Especificamente na relação entre ação coletiva e individual .....	278
9.4.	Suspensão do processo individual .....	280
9.5.	Extinção do processo individual .....	282
<b>10.</b>	<b>PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO .....</b>	<b>285</b>
10.1.	Parte .....	285
10.1.1.	Polo ativo .....	286
10.1.2.	Polo passivo .....	286
10.1.3.	Litisconsórcio .....	288
10.2.	Fiscal da ordem jurídica .....	288
10.2.1.	Mandado de segurança coletivo .....	290
10.2.2.	Ação popular .....	291
10.3.	Sucessão processual .....	295
<b>11.</b>	<b>LITISCONSÓRCIO E INTERVENÇÃO DE TERCEIROS .....</b>	<b>297</b>
11.1.	Litisconsórcio .....	297
11.2.	Litisconsórcio no polo ativo .....	298
11.2.1.	Facultativo .....	298
11.2.2.	Unitário .....	299
11.2.3.	Litisconsórcio ativo ulterior? .....	300
11.2.3.1.	Processo coletivo comum .....	300
11.2.3.2.	Processo coletivo especial .....	303
11.3.	Litisconsórcio no polo passivo .....	305
11.3.1.	Introdução .....	305
11.3.2.	Ação popular .....	305
11.3.3.	Ação de improbidade administrativa .....	306
11.4.	Indivíduo como "litisconsorte" nas ações coletivas de direito individual homogêneo .....	307
11.5.	Intervenção de terceiros .....	309
11.6.	Assistência .....	310
11.6.1.	Assistência simples .....	310
11.6.2.	Assistência litisconsorcial .....	311
11.7.	Denúnciação da lide .....	312
11.7.1.	Denúnciação da lide no Código de Defesa do Consumidor .....	313

11.7.1.1.	Introdução .....	313
11.7.1.2.	Razões da vedação legal .....	313
11.7.1.2.1.	Introdução .....	313
11.7.1.2.2.	Retardamento procedimental .....	314
11.7.1.2.3.	Nova causa de pedir em razão da denúncia da lide .....	316
11.7.1.2.4.	Abrangência da vedação legal .....	318
11.8.	Chamamento ao processo .....	319
11.8.1.	Espécie atípica de chamamento ao processo .....	319
11.8.1.1.	Ação diretamente proposta contra a seguradora .....	320
11.9.	<i>Amicus curiae</i> .....	321
11.9.1.	Introdução .....	321
11.9.2.	Interesse institucional .....	322
11.9.3.	Requisitos .....	323
11.9.4.	Aspectos procedimentais .....	325
11.10.	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica .....	326
11.10.1.	Introdução .....	326
11.10.2.	Momento .....	328
11.10.3.	Procedimento .....	328
11.10.4.	Recorribilidade .....	331
11.10.5.	Fraude à execução .....	332
<b>12.</b>	<b>RELAÇÃO ENTRE AÇÕES COLETIVAS .....</b>	<b>333</b>
12.1.	Introdução .....	333
12.2.	Conexão e continência .....	334
12.2.1.	Conceito e efeito .....	334
12.2.2.	Determinação do juízo prevento .....	335
12.2.3.	Prejudicialidade externa .....	336
12.3.	Litispendência e seu efeito .....	337
12.4.	Limitação territorial do art. 16 da LACP .....	339
12.5.	Indevida confusão entre continência e litispendência parcial .....	340
<b>13.</b>	<b>MEIOS DE IMPUGNAÇÃO .....</b>	<b>343</b>
13.1.	Recursos e sucedâneos recursais .....	343
13.2.	Cabimento .....	344
13.2.1.	Introdução .....	344
13.2.2.	Ação popular .....	345
13.2.3.	Mandado de segurança coletivo .....	346



---

13.2.4. Processo coletivo especial .....	347
13.3. Legitimidade recursal .....	349
13.3.1. Introdução .....	349
13.3.2. Ação popular .....	350
13.3.3. Mandado de segurança coletivo .....	351
13.4. Efeitos .....	352
13.4.1. Introdução .....	352
13.4.2. Ação civil pública .....	352
13.4.3. Ação popular .....	355
13.5. Desistência e renúncia .....	356
13.6. Reexame necessário .....	360
13.6.1. Introdução .....	360
13.6.2. Ação popular .....	361
13.6.3. Mandado de segurança coletivo .....	362
13.7. Ação rescisória .....	363
13.7.1. Introdução .....	363
13.7.2. Processo coletivo comum .....	366
13.7.3. Processo coletivo especial .....	366
13.8. Pedido de suspensão de segurança .....	368
<b>14. COISA JULGADA .....</b>	<b>375</b>
14.1. Introdução .....	375
14.2. Coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i> .....	375
14.3. Coisa julgada <i>secundum eventum litis</i> .....	380
14.4. Limitação territorial da coisa julgada .....	382
14.5. Coisa julgada na ação de improbidade administrativa .....	387
14.6. Coisa julgada no mandado de segurança coletivo .....	390
<b>15. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA .....</b>	<b>393</b>
15.1. Conceito de liquidez e obrigações liquidáveis .....	393
15.2. Natureza jurídica da liquidação .....	394
15.3. Legitimidade ativa .....	396
15.4. Competência .....	396
15.5. Espécies de liquidação de sentença .....	399
15.6. Direito difuso e coletivo .....	400
15.7. Direito individual homogêneo .....	401
15.8. Liquidação individual das sentenças de direito difuso e coletivo .....	402

<b>16. EXECUÇÃO</b>	<b>405</b>
16.1. Introdução	405
16.1.1. Processo de execução e cumprimento de sentença	405
16.1.2. Execução por sub-rogação e indireta	408
16.2. Legitimidade ativa	414
16.3. Direitos difusos e coletivos	416
16.4. Direitos individuais homogêneos	417
16.4.1. Introdução	417
16.4.2. Execução por <i>fluid recovery</i>	418
16.4.3. Legitimidade	422
16.5. Regime jurídico das despesas e custas processuais	425
<b>17. TUTELA PROVISÓRIA</b>	<b>427</b>
17.1. Introdução	427
17.2. Tutela antecipada	429
17.3. Liminar	432
17.3.1. Processo coletivo comum	435
17.3.2. Mandado de segurança coletivo	436
17.3.2.1. Natureza jurídica	436
17.3.2.2. Prestação de garantia para a concessão da liminar	438
17.3.2.3. Comunicações	438
17.3.2.4. Efeitos da liminar	439
17.3.2.5. Perempção ou caducidade da liminar	440
17.4. Cautelar	442
17.4.1. Processo coletivo comum	442
17.4.2. Cautelares nominadas na Lei de Improbidade Administrativa	444
17.4.2.1. Introdução	444
17.4.2.2. Indisponibilidade de bens	445
17.4.2.2.1. Natureza jurídica	445
17.4.2.2.2. Atos de improbidade e indisponibilidade	447
17.4.2.2.3. Legitimidade ativa	449
17.4.2.2.4. Objeto da garantia	450
17.4.2.2.5. Limites impostos ao ato de constrição	451
17.4.2.2.6. Forma do pedido de indisponibilidade	455
17.4.2.2.7. Concessão liminar da medida cautelar	456
17.4.2.2.8. Requisitos para a concessão	457
17.4.2.2.9. Prazo para a propositura da ação principal	460
17.4.2.2.10. Pedido ilíquido	461

17.4.2.2.11. Adequações .....	462
17.4.2.2.12. Direito intertemporal .....	463
17.4.2.3. Afastamento provisório do cargo, emprego ou função .....	464
17.4.2.3.1. Natureza jurídica .....	464
17.4.2.3.2. Requisitos para a concessão da cautelar probatória .....	467
17.4.2.3.3. Tempo de duração .....	468
17.4.2.3.4. Sujeitos passivos da medida .....	470
17.4.2.3.5. Excepcionalidade do pedido .....	470
17.4.3. Processo coletivo especial .....	471
17.4.3.1. Ação direta de inconstitucionalidade .....	471
17.4.3.2. Ação direta de inconstitucionalidade por omissão .....	475
17.4.3.3. Ação declaratória de constitucionalidade .....	477
17.4.3.4. Arguição de descumprimento de preceito fundamental ...	479
17.5. Tutela da evidência .....	480
17.5.1. Introdução .....	480
17.5.2. Hipóteses de cabimento .....	481
17.5.2.1. Abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu .....	481
17.5.2.2. Fato provável e tese jurídica pacificada nos tribunais superiores .....	483
17.5.2.3. Prova documental em ação reipersecutória .....	485
17.5.2.4. Prova documental sem prova do réu capaz de gerar dúvida razoável ao juiz .....	485
17.5.3. Procedimento .....	486
<b>18. MEIOS DE SOLUÇÃO DOS CONFLITOS .....</b>	<b>487</b>
18.1. Introdução .....	487
18.2. Jurisdição .....	487
18.3. Equivalentes jurisdicionais .....	488
18.3.1. Autotutela .....	488
18.3.2. Autocomposição .....	489
18.3.2.1. Diferentes espécies .....	489
18.3.2.2. Termo de ajustamento de conduta .....	491
18.3.2.3. Instrumentos extrajudiciais semelhantes ao Termo de Ajustamento de Conduta .....	496
18.3.2.4. Transação durante o processo coletivo .....	497
18.3.2.5. Acordo de não persecução cível .....	498
18.3.3. Mediação .....	503

18.3.4. Arbitragem .....	504
18.3.4.1. Generalidades .....	504
18.3.4.2. Cabimento na tutela coletiva .....	506
18.3.4.2.1. Introdução .....	506
18.3.4.2.2. Vedação expressa à arbitragem no Código de Defesa do Consumidor .....	507
<b>19. GRATUIDADE .....</b>	<b>509</b>
19.1. Introdução .....	509
19.2. Isenção de adiantamento .....	509
19.3. Condenação em verbas de sucumbência .....	513
<b>20. INQUÉRITO CIVIL .....</b>	<b>517</b>
20.1. Introdução .....	517
20.2. Natureza jurídica do inquérito civil .....	518
20.2.1. Introdução .....	518
20.2.2. Legitimação exclusiva do Ministério Público .....	518
20.2.3. Facultatividade .....	519
20.2.4. Formalidade restrita (inquisitorialidade) – o problema do contraditório .....	520
20.2.5. Publicidade mitigada .....	522
20.2.6. Autoexecutoriedade .....	523
20.3. Procedimento preparatório .....	524
20.4. Procedimento .....	525
20.4.1. Introdução .....	525
20.4.2. Instauração .....	526
20.4.3. Indeferimento do requerimento de instauração do inquérito civil ....	527
20.4.4. Instrução .....	529
20.4.5. Audiência pública .....	532
20.4.6. Arquivamento .....	533
20.4.7. Recomendações .....	535
20.5. A importância da aproximação entre o inquérito civil e as cautelares probatórias – o valor e a carga da prova produzida .....	536
<b>21. PROCESSO COLETIVO PASSIVO .....</b>	<b>539</b>
21.1. Situações jurídicas coletivas passivas .....	539
21.2. Situações jurídicas coletivas ativas e passivas .....	540
21.3. Situações jurídicas coletivas passivas e processo coletivo passivo .....	541
21.3.1. Introdução .....	541

---

21.3.2. Dificuldades práticas na adoção do processo coletivo passivo .....	542
21.3.2.1. Legitimidade .....	542
21.3.2.2. Coisa julgada .....	543
21.3.2.3. Demais questões processuais .....	545
21.4. Ações coletivas passivas originais e derivadas: indevida confusão .....	548
<b>22. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA .....</b>	<b>551</b>
22.1. Introdução .....	551
22.2. Decadência .....	552
22.2.1. Mandado de segurança coletivo .....	552
22.2.2. Habilitação individual em sentença coletiva de direito individual homogêneo .....	553
22.3. Prescrição .....	554
22.3.1. (Im)prescritibilidade da pretensão de ressarcimento de danos ao Erário .....	554
22.3.2. Ação popular .....	555
22.3.3. Ação de improbidade administrativa .....	556
22.3.4. Ação civil pública .....	557
22.4. Prescrição da pretensão individual .....	558
22.4.1. Pretensão de conhecimento .....	558
22.4.2. Pretensão executiva .....	559
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>561</b>